

Notícias TCE

Órgão Informativo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - Nº 37
EDIÇÃO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO

TCE-GO 53 anos

Medalhas de mérito premiam doze personalidades

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) comemorou no dia 1º de setembro seu 53º aniversário em solenidade na sede da Asmeço, com a outorga de medalhas de mérito a cinco personalidades de destaque nas esferas regional e nacional e a sete servidores da ativa ou aposentados. Falando em nome dos agraciados, o governador Marconi Perillo, afirmou que o aniversário do TCE é motivo de orgulho para os goianos. "Desde 1952, o Tribunal de Contas tem sido um fiel guardião dos recursos estaduais", disse. Marconi citou o exemplo de probidade de Rui Barbosa, patrono da medalha que lhe foi oferecida, e fez uma menção especial à carreira de Henrique Santillo, patrono da Medalha do Mérito Funcional.

Além do governador, receberam a Medalha Rui Barbosa, principal condecoração do Tribunal de Contas, o embaixador Paulo



Marconi foi o primeiro governador em exercício a receber a comenda do TCE

Tarso Flecha de Lima (que não pôde comparecer e deve receber a homenagem em outra ocasião) e os conselheiros aposentados Nelson Siqueira, Waldyr Castro Quinta (representado no ato por seu filho Fernando Quinta) e Carlos Dayrell, que também foi homenageado com a Medalha do Mérito Funcional Henrique Santillo. Os demais agraciados foram o secretário estadual do Planejamento José Carlos Siqueira, os auditores Joaquim Graciano de Barros Abreu e Luiz Murilo Pedreira e Sousa, o auditor-substituto aposentado Goiandi Lopes de Brito, o ex-secretário-geral do TCE, Hugo de Souza Silveira, e o inspetor aposentado Antônio Alfredo Camilher Machado.



O auditório da Asmeço recebeu autoridades e servidores do TCE



O discurso do presidente está transcrito na página 6

Presidente faz um apelo à ética

A sessão especial de comemoração dos 53 anos de fundação do TCE de Goiás foi encerrada pelo presidente Carlos Leopoldo Dayrell, que relatou a história do TCE e sua legislação, enfatizando a promulgação do Plano de Cargos e Salários ocorrida este ano. "O servidor do Tribunal agora tem uma carreira e pode planejar seu futuro profissional", lembrou. Dayrell também abordou o momento de crise política por que passa o país, que se reflete na sociedade brasileira como um todo, inclusive nas instituições como os órgãos de fiscalização, concluindo sua fala com um apelo à ética nas ações de cada cidadão brasileiro.

A saudação da corte de contas aos homenageados foi feita pelo conselheiro Frederico Jayme Filho, que destacou a carreira profissional e política de cada um dos homenageados e aproveitou para reiterar seu ponto de vista quanto ao modelo de fiscalização atualmente adotado pelo TCE, defendendo a volta do controle prévio: "É o melhor e mais eficiente sistema de controle dos gastos públicos", garantiu.

Confira os discursos do presidente Carlos Leopoldo Dayrell e do conselheiro Frederico Jayme Filho nas páginas 6 e 7.

Logo após a outorga de medalhas, houve o lançamento do livro O Portal do Paraíso, de Carlos Leopoldo Dayrell Júnior, que é chefe de gabinete da Presidência do órgão fiscalizador. O aniversário do TCE contou com diversas atividades culturais, esportivas e beneficentes durante toda a semana. Os eventos começaram no dia 24/08, com a arrecadação de alimentos, e terminam com um baile no dia 3 de setembro, também na Asmeço.

Pág.
03

Lançamento de livro

Pág.
04

Medalha Rui Barbosa

Pág.
05

Medalha Henrique Santillo

Pág.
06

Discurso do Presidente

Pág.
08

Professor Emérito - UFG

Pág.
08

Nova sede do TCE-GO

Flashes do aniversário do TCE



Tênis e futebol



O presidente Carlos Leopoldo Dayrell, entregou o troféu TCE 53 anos a Luvonor e Cacau

O time de veteranos do Goiás Esporte Clube goleou os atletas do Tribunal de Contas do Estado por 11 a 1, em partida amistosa de futebol soçaita, realizada no Centro de Treinamento do Goiás, como parte das comemorações do aniversário do TCE. A equipe esmeraldina, comandada por ex-craques como Luvonor, Cacau, Ildemar, Nilinho e outros, não teve dificuldade em fazer o placar. O gol de honra do TCE foi assinalado por Edson Wander.

No torneio de tênis, a dupla campeã, Luiz Edison e Guilherme Romano derrotou Leopoldo Júnior e Antônio de Pádua na partida final. No torneio de Simples, o título ficou com Thiago Oliveira, deixando Oyama Santos como vice-campeão.

Expediente

Presidente: Conselheiro Carlos Leopoldo Dayrell
Vice-Presidente: Conselheiro Gérson Bulhões Ferreira
Corregedor-Geral: Conselheiro Sebastião Tejota
Conselheiros: Frederico Jayme Filho, Milton Alves, Naphtali Alves e Edson José Ferrari
Auditores: Luiz Murilo Pedreira e Sousa, Mário Roberto Dayrell e Guilherme T. Figueiredo Valente
Procurador-Geral de Contas: Fernando dos Santos Carneiro

Direção e Coordenação:

Chefe de Gabinete: Carlos Leopoldo Dayrell Júnior
Diretor-Geral: Itamar de Lima
Dir. Departamento Auditoria: Luiz Murilo Pedreira e Sousa
Coord. Fiscalização Estadual: Marcelo Moreira de Moura
Contadora Geral: Lilianne Maria C. S. Peu
Sec. Geral: Wagner Luiz P. B. Vieira

Notícias TCE

Coordenação: Joaquim Graciano de Barros Abreu
Redação: Serviço de Imprensa
Jornalista: Alexandre Alfaix de Assis JP 00729-GO
Projeto Gráfico: Candice Sebba
Logística: Serviço de Relações Públicas
(Leticia Pires e Ludmila Mendes)
Fone/Fax: (62)225.4424 - imprensa@tce.go.gov.br

Este jornal é de responsabilidade do
Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
Pça. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 332, Centro. CEP:74003-030
Fone: (62) 201.9000 - www.tce.go.gov.br

Enviaram telegramas parabenizando pelo aniversário do TCE

Anfrísio Castelo Branco, conselheiro TCE-PI
Beatriz Figueiredo, desembargadora TJ-GO
Camp-Go (Círculo de Apoio à Aprendizagem Profissional)
Carlos Pinna de Assis, presidente da Atricon
Carlos Porto, presidente TCE-PE
Demóstenes Torres, senador PFL-GO
Edmar Serra Cutrin, presidente TCE-MA
Fernando Cupertino, secretário de Estado da Saúde
França Teixeira, conselheiro do TCE-BA
Guilherme Palmeira, ministro do TCU
João Campos, deputado federal PSDB-GO
Jonas Lopes, conselheiro TCE-RJ
Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, conselheiro TC-DF
José Carlos Pacheco, vice-presidente do TCE-SC
José de Melo Gomes, TCE-AL
José Maurício Nolasco, conselheiro TCE-RJ
Leonardo Cairo Rizzo
Linda Monteiro, secretária de Cidadania Est. Goiás
Marconi Perillo, governador do Estado de Goiás
Ney Teles de Paula, desembargador TJ-GO
Otávio Lessa, conselheiro TCE-AL
Regildo Salomão, conselheiro TCE-AP
Sebastião Santana, conselheiro TCE-PA
Sérgio Douglas R. Negri, diretor-regional Correios GO/TO
Ubirata Francisco V. T. Spineli, presidente TCE-MT
Ursulino Leão
Valci José F. Souza, conselheiro-presidente do TCE-ES
Valter Albano da Silva, corregedor-geral do TCE-MT
Wanderley Ávila, conselheiro TCE-MG
Wilson da Silveira Pereira



C. L. Dayrell Jr. autografou seu livro para autoridades e servidores

Gabriel Henman é um humanitarista que resolve, sem saber por que, fazer uma viagem à Amazônia. Quando se embrenha na floresta, descobre-se perseguido por criminosos internacionais, índios hostis, mas, ao mesmo tempo, percebe em si a existência de uma força interior que nem mesmo ele conhecia.

Esta é a trama que envolve o principal personagem de O Portal do Paraíso, romance de estréia do advogado e servidor público Carlos Leopoldo Dayrell Júnior, que assina C. L. Dayrell Jr, cujo lançamento fez parte das comemorações do 53º aniversário do Tribunal de Contas do Estado.

O escritor explica que o livro retrata uma experiência sensorial vivida na selva amazônica, onde o personagem tem contato direto com a natureza e vislumbra a possibilidade de um grande crescimento espiritual. C. L. Dayrell baseou o cenário em viagens feitas à Amazônia e às chapadas Diamantina e dos Veadeiros e aproveitou para fazer uma ampla pesquisa sobre a floresta amazônica, sobre os índios e sobre o folclore daquela região do país. Além disso, o livro traz muita aventura, romance e, principalmente, importantes mensagens da necessidade de um relacionamento construtivo com o meio ambiente, com a simplicidade e com Deus.

Desde jovem, C. L. Dayrell vem desenvolvendo seus talentos artísticos na música e na poesia. É servidor do Tribunal de Contas do Estado há mais de 20 anos, ocupando atualmente o cargo de chefe de Gabinete da Presidência.

Apresentações musicais e concurso de estagiários

Os servidores e visitantes do Tribunal de Contas do Estado pararam na tarde do dia 30 de agosto para ver as apresentações artísticas de funcionários e seu filhos em tenda armada no pátio do órgão. O evento fez parte das comemorações do 53º aniversário da instituição.

No mesmo dia houve, também, um concurso dos estagiários do Camp e do Iel, além de uma homenagem aos funcionários da limpeza e da empresa prestadora de serviços de informática e sorteio de brindes.

Confira alguns dos artistas que se apresentaram:

Yara de Melo, Dulce Abreu, Diorande e Gabriela Rassi, Carla Maria e Leopoldo Dayrell, Rhayama Rosa Alencar, Mariana Mussi e Isadora Balestra

Os estagiários premiados do Iel foram Tarsila da Veiga J. Siqueira, Leonardo Cruvinel S. Filho, Danilo Soares dos S. Rodrigues, Danielle Gonçalves Dias e Kênia Jeniffer Pereira Silva. Do Camp, os vencedores foram: Hariany Moisés Rodrigues, Mayara Afonso Chaves, Eder Porfírio Muniz, Deborah Cristina S. Queiroz e Caio José Vieira da Silva.

CULTO EAPOSENTADOS

No dia 31, foi realizado um culto ecumênico no plenário do TCE pela manhã e, no período vespertino, a programação foi a realização de sorteio de um aparelho de TV e outro de DVD, seguida de uma tarde festiva para os aposentados.



Gabriela Rassi e Diorande: baião, tango e MPB



Encontro de duas estrelas do TCE: Yara de Melo e Dulce Abreu

Exposição e vendas de livros e pinturas dos servidores também fizeram parte das comemorações do aniversário do TCE

Medalhas de Mérito Rui Barbosa e Henrique Santillo



O Coral Vozes do TCE fez a abertura do evento entoando o Hino Nacional Brasileiro e canções populares



Coordenador do Notícias TCE, Joaquim Graciano foi um dos que recebeu das mãos da deputada Carla Santillo a Medalha do Mérito Funcional Henrique Santillo, acompanhado de diploma



Após a solenidade, foi oferecido um coquetel aos presentes, juntamente com o lançamento do livro O Portal do Paraíso

O ponto alto das comemorações do 53º aniversário do TCE-GO foi a outorga das medalhas de mérito Rui Barbosa e Henrique Santillo a personalidades locais e nacionais.

A Medalha do Mérito Rui Barbosa foi criada em 1999, por proposição do conselheiro Milton Alves e é concedida às personalidades que tenham prestado relevantes serviços para o aprimoramento relações institucionais, sociais e humanas. O nome Rui Barbosa foi escolhido por ter sido ele o idealizador dos Tribunais de Contas no Brasil em novembro de 1890.

Já a Medalha do Mérito Funcional Henrique Santillo foi criada este ano para homenagear servidores que tenham, por mais de dez anos, contribuído para a melhoria funcional do TCE. Henrique Santillo foi ex-governador de Goiás, ex-ministro da República na pasta da Saúde e ex-conselheiro do TCE-GO, tendo falecido no exercício da Presidência do órgão fiscalizador.

Medalha Rui Barbosa

Foram escolhidos para receber a Medalha Rui Barbosa o governador Marconi Perillo, os conselheiros aposentados Carlos Dayrell, Waldyr Castro Quinta e Nelson Siqueira e o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Confira um breve perfil de cada um.



Marconi Ferreira Perillo Júnior, atual governador do Estado de Goiás, começou a militância política no início da década de 80 ao lado do então senador da República Henrique Santillo. Foi deputado estadual e deputado federal. Em 1998, foi eleito governador de Goiás marcando sua primeira gestão pela implementação de importantes programas sociais e programas de incentivo ao desenvolvimento do Estado. Reeleito para o atual mandato, é o primeiro governador em exercício a receber a comenda do TCE.



Marconi Perillo

O conselheiro aposentado Carlos Dayrell, pai do atual presidente Carlos Leopoldo Dayrell, permaneceu no TCE durante 31 anos e foi seu presidente em 1955, 1958, 1961 e 1964. Protagonizou importantes realizações para a casa e seus servidores, depois de prestar reconhecidos serviços ao Estado nas áreas do Judiciário, como juiz corregedor e eleitoral, e do Executivo, como secretário de Governo. Foi diretor da Faculdade de Direito da UFG.



Carlos Dayrell



Waldyr Castro Quinta

Waldyr Castro Quinta prestou serviços dos mais relevantes ao Estado. Deputado estadual e secretário de Governo, ocupou a presidência do TCE por oito vezes; foi professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás e, ainda, chefe do Gabinete Civil da Governadoria no Governo Henrique Santillo. É membro da Academia Goiana de Letras. Foi o redator de duas Constituições do Estado de Goiás.



Nelson Siqueira

Nelson Siqueira foi fiscal de rendas e diretor do Departamento da Receita da Secretaria da Fazenda; duas vezes deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa; foi presidente do TCE em dez gestões. Jornalista e membro da Associação Goiana de Imprensa; secretário extraordinário do Governo Iris Rezende e secretário do Gabinete Civil no Governo Maguito Vilela



Paulo Tarso F. de Lima

O embaixador aposentado Paulo Tarso Flecha de Lima foi secretário das Relações Exteriores e aposentou-se na carreira diplomática em 2001, depois de de 46 anos de carreira.

Confira os servidores da ativa ou aposentados, escolhidos por vários segmentos da instituição que foram agraciados:



Carlos Dayrell

Carlos Dayrell, conselheiro aposentado (ver perfil junto com os agraciados da Medalha Rui Barbosa)

Antônio Alfredo Camilher Machado é formado em Ciências Contábeis e exerceu no TCE as funções de delegado, diretor da Divisão Processual, delegado-corregedor, inspetor fiscal corregedor, inspetor fiscal supervisor e inspetor fiscal da despesas pública. Está aposentado há oito anos. Sua indicação para receber a medalha foi feita pelo Sindicato dos Inspetores do TCE (Sinficon).



Joaquim Graciano

Joaquim Graciano de Barros Abreu foi professor de Direito Administrativo na Faculdade Anhanguera por 15 anos e na Universidade Católica por dois anos. Professor de Direito Constitucional e Administrativo no curso de pós-graduação da Academia de Polícia Militar, foi agraciado com a Comenda de Mérito pela Polícia Militar por relevantes serviços prestados ao Estado de Goiás. É o mais antigo auditor do TCE, onde aposentou-se em 2004, embora ainda atue na condição de coordenador do jornal Notícias TCE. Lançou, no ano passado, livro sobre a história de Goiás, intitulado Crônicas de Minha Terra. Foi indicado para receber a medalha pelo Sindicato dos Servidores do TCE (Sercon).



Goiandi Lopes de Brito

José Carlos Siqueira, secretário de Estado do Planejamento. Ex-servidor do TCE, estava entre os funcionários destacados para fundar, em 1977 o Conselho de Contas dos Municípios, órgão no qual aposentou-se.

Goiandi Lopes de Brito ingressou no TCE em 1953, também como extranumerário mensalista. Formando-se bacharel em Direito, tornou-se delegado, diretor da Divisão do Material, verificador financeiro e auditor substituto, cargo que ocupava quando aposentou-se em 1991.



Luiz Murilo P. e Sousa

Hugo de Sousa Silveira foi um dos primeiros servidores nomeados no TCE, ingressando como extranumerário mensalista em 1951 e chegando a secretário-geral do órgão, tendo, ainda, exercido os cargos de bibliotecário e secretário assistente. Aposentou-se em 1991.

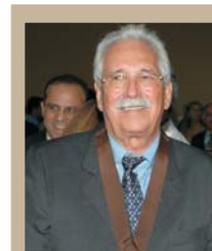
Luiz Murilo Pedreira e Sousa é funcionário do TCE desde 1963 e auditor desde 1970, aprovado em concurso público. Advogado, professor universitário, diretor da Auditoria e atuante no Tribunal como presidente e integrante de várias comissões e grupos de trabalho.



Antônio Alfredo Camilher



José Carlos Siqueira



Hugo de S. Silveira



MEDALHA DO MÉRITO FUNCIONAL HENRIQUE ANTÔNIO SANTILLO



A Medalha Henrique Santillo, bem como os certificados que acompanham as duas condecorações, foram criadas pela designer gráfica Candice Sebba, responsável pela editoração eletrônica do Notícias TCE.

A Medalha do Mérito Funcional Henrique Antônio Santillo, por sua vez, também confeccionada em bronze, tem estampa em alto relevo, esmaltado na cor marrom, contendo uma estrela de seis braços pontiagudos, assentada sobre raios simulando pontas de uma caneta tinterio de bico de pena, com a efígie do conselheiro Henrique Santillo.



O momento é de comemoração pelo 53º aniversário de instalação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Mas é também momento de reflexão, sobre o passado, sobre o presente e sobre o papel que estamos desempenhando.

Oficialmente o controle e acompanhamento de gastos estão presentes no Brasil desde o século XVII. No Brasil-Colônia, em 1680, foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitanias e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionadas a Portugal.

Em 1808, na administração de D. João VI, foi instalado o Erário Régio e criado o Conselho da Fazenda, com atribuição de acompanhar a execução da despesa pública.

Após a proclamação da independência do Brasil em 1822, o Erário Régio foi transformado no Tesouro Nacional pela Constituição monárquica de 1824, prevendo-se, então, os primeiros orçamentos e balanços gerais. Mas faltavam autonomia e independência na ação de controle e no acompanhamento das despesas.

Em 1826, pela primeira vez, surgiu a idéia para a criação de um Tribunal de Contas, com a iniciativa de Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e de José Inácio Borges, que apresentaram projeto de lei nesse sentido ao Senado do Império. Não foi aprovado, mas instalou-se a polêmica sobre sua criação.

Depois de proclamada a República, em 1890, por iniciativa do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, por meio do Decreto nº 966-A, foi criado o Tribunal de Contas da União.

Em 1891, a primeira Constituição do Brasil-República confirmou definitivamente a instituição, inscrevendo-a em seu artigo 89 e conferindo-lhe a competência para liquidar as contas da receita e despesa e verificar a sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Em janeiro de 1893, graças ao empenho do Ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto, Tenente-Coronel Innocêncio Serzedello Corrêa, o Tribunal de Contas da União foi instalado, com competência para exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União. A fiscalização se fazia pelo sistema de registro prévio.

Pela Constituição de 1934, o Tribunal recebeu, entre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento da execução orçamentária, registrar previamente as despesas e os contratos, julgar as contas dos responsáveis por bens e dinheiro públicos, assim como apresentar parecer prévio sobre as contas do Presidente da República para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados.

Com exceção do parecer prévio sobre as contas presidenciais, todas as demais atribuições do Tribunal foram mantidas pela Carta de 1937.

A Constituição de 1946 acresceu um novo encargo às competências da Corte de Contas: julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

No ano seguinte, em 1947, começa a história do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. A Constituição Estadual de 1947 criou o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, composto por um juiz de Direito, um advogado e um contador, nomeados pelo Governador, com prévia aprovação da Assembléia, intitulados "juizes", e permitiu sua instalação somente quando a arrecadação de rendas estaduais atingisse a importância de cem milhões de cruzeiros anuais, o que só veio a ocorrer cinco anos depois.

Em 1951, os cofres públicos do Estado contabilizaram a receita de Cr\$ 136.647.132,80, satisfazendo, portanto, a condição exigida para instalação da Corte de Contas Estadual.

Para tanto, o Tribunal de Justiça oficializou concursos para provimento dos cargos de "Juiz" e "Procurador" do Tribunal de Contas, em julho de 1952, sendo aprovados e nomeados, em agosto do mesmo ano, os doutores Joaquim Taveira, e Hegeipo de Campos Meirelles, nos cargos de Juiz e Procurador, respectivamente, e, igualmente nomeado para o cargo de Juiz, o doutor Carlos Dayrell, indicado pelo Tribunal de Justiça na vaga destinada ao Juiz da mais alta entrância, na forma constitucional em agosto do mesmo ano.

Satisfeitas as condições mínimas para funcionamento, o Tribunal de Contas do Estado foi instalado em 01 de setembro de 1952, por força do Decreto nº 130, de 07 de julho de 1952, no Governo de Pedro Ludovico Teixeira, funcionando no próprio Palácio das Esmeraldas, para depois ser transferido para o atual prédio onde até hoje está instalado.

Em 20 de novembro de 1952, o colégio de "Juizes" da Corte de Contas fica completo com a posse do doutor Joaquim Gomes Filho, aprovado no concurso realizado pelo Tribunal de Justiça, que não tomara posse em agosto, como os demais, pois estava encerrando mandato parlamentar.

Em sua primeira sessão ordinária, realizada em 02 de janeiro de 1953, o Tribunal decide admitir os dois primeiros servidores de seus serviços auxiliares, Goiandi Lopes de Brito e Hugo de Sousa Silveira, que permaneceram nesta casa até serem aposentados.

Em fevereiro de 1953 o Tribunal implantou o seu primeiro Regimento Interno. Em junho do mesmo ano, por meio da Lei nº 734, foi criado o seu quadro de pessoal.

A Constituição de 1967 trouxe mudanças significativas para a fiscalização financeira e orçamentária do Estado. Ainda em 1967, com sete Ministros, a nova denominação para o antigo cargo de Juiz, que posteriormente foi mudada para Conselheiro, teve, este Tribunal, a sua primeira Lei Orgânica, Lei nº 6.830, de 12 de dezembro, que o possibilitou, entre outros: fiscalizar e acompanhar a execução do orçamento, dos contratos, das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, apreciar as prestações de contas, realizar auditorias, e promover o acompanhamento da despesa pública, utilizando-se ainda do regime prévio.

Em 1988, os Tribunais de Contas foram fortalecidos com as novas regras impostas pela Constituição, quando receberam poderes para exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e do Estado e entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas, sem perder as atribuições até então exercidas.

Deve-se salientar que, após 1988, todos os poderes instituídos do Estado mantêm órgãos de controle interno, que cumprem com rigor as normas estabelecidas pela Carta Maior.

Em 1995, a atual lei orgânica desta Corte foi aprovada e passou a vigorar a partir de 21 de dezembro do mesmo ano. Todavia o Tribunal ainda carecia de quadro permanente e plano de carreira para os seus servidores.

Somente neste ano, em 2005, numa atitude louvável dos Conselheiros, projeto do saudoso Conselheiro Henrique Santillo, e com o apoio do Governador do Estado e da Assembléia Legislativa, a quem muito agradecemos, pôde o Tribunal implantar o seu Plano de Cargos e Carreiras que, se não perfeito diante das dificuldades e anseios de todos os servidores, marca uma nova era na política de pessoal. Hoje o servidor pertence a uma carreira, conhece suas possibilidades e pode projetar o seu futuro no Tribunal.

Conhecida parte da história de implantação do Tribunal, não é demais salientar que os Tribunais de Contas sempre encontraram barreiras no exercício de sua missão constitucional, no entanto, jamais recuaram na nobre missão de fiscais das receitas e dos gastos públicos, quando representam os olhos da sociedade, pois para isso é que foram criados.

No momento presente, estamos diante de grave crise na política brasileira, com tantas notícias de corrupção, nas várias formas, envolvendo políticos, empresários e servidores públicos, considerados homens de bem, trazendo desconforto e descrença na população, que por experiências anteriores, está a acreditar que nada irá acontecer, que os crimes não serão apurados e, por isso mesmo, ninguém será punido, concorrendo ainda mais para a falta de credibilidade das instituições envolvidas. É preciso que meditemos profundamente sobre o que está acontecendo e sobre a forma de atuar de cada um, instituições e pessoas.

No último século a humanidade passou por profundas mudanças, em tão grande número e com tanta rapidez, jamais vistas em toda a sua história, com reflexos que têm trazido, de um lado, benefícios e alegrias à população, e de outro, angústias, mágoas e frustrações.

Em todos os campos de atuação do ser humano vêem-se avanços e as ciências têm encontrado alternativas e soluções para situações consideradas incontroláveis. No entanto, a sociedade está lidando, entre outros, com problemas relacionados à corrupção, à sonegação de impostos, à violência, à falta de emprego para os jovens, ao meio ambiente, aos desajustes sociais, ao sacrifício de valores básicos do cidadão e a um distanciamento cada vez maior entre os mais ricos e os mais pobres, e, no final, todos sofrem os efeitos das crises, alguns mais, outros menos.

É preciso resgatar o papel social do capital, é preciso que tenhamos comprometimento total com as ações que implementamos em nossa vida. É preciso que haja perfeita coerência e sincronia entre o que pensamos, projetamos, falamos, buscamos e fazemos.

Muitos devem estar pensando o que tem isso a ver com o aniversário do Tribunal, que hoje é comemorado?... Tem tudo a ver. O Tribunal representa os olhos da sociedade, ela quer saber se os recursos públicos estão sendo arrecadados e se as despesas estão sendo realizadas de forma legal, objetiva e com justiça social.

O Tribunal não é um ente isolado no contexto, estão presentes nesta solenidade representantes de vários segmentos, cada um fazendo parte do mesmo conjunto, pertencem a esta mesma Nação, todos estão interligados.

Como disse no início, o momento é de festa, e também de reflexão. Como Presidente da Casa, e como cidadão, meu coração me impele a pedir a todos os presentes nesta solenidade, do mais humilde servidor à mais alta autoridade, para que: cada um, esteja onde estiver, medite sobre o que fez, o que faz, o que vai fazer, o que pode fazer e sobre as palavras ditas, e adote atitudes e desenvolva ações que tenham como objetivo, de forma efetiva, a valorização do ser humano, que cada gesto esteja plenamente envolvido pelo amor, amor que aproxima as pessoas, que enobrece, que melhora a vida, tudo, de forma incondicional. Afastemos as crises com boas ações, não destruindo o que existe, mas construindo o que falta. Se for preciso mudanças, que todos nós tenhamos coragem para mudar o que deve ser mudado e buscar sabedoria para isso.

O Tribunal de Contas do Estado tem cumprido sua missão fiscalizadora, mas não está satisfeito. Mudanças ocorrerão na sua forma de atuar, ainda neste ano, visando melhores resultados. A sociedade espera mais das Cortes de Contas, aliás, espera mais das instituições, aqui, estaremos fazendo nossa parte da melhor maneira possível, juntos, podemos contribuir para o crescimento harmonioso do meio em que vivemos, de forma justa e fraterna. É fundamental e necessário que cada um, individualmente, cumpra o seu papel.



A Medalha do Mérito Rui Barbosa, mais alta comenda do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é conferida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços ao nosso Estado. A Medalha do Mérito Funcional Conselheiro Henrique Antônio Santillo foi instituída como reconhecimento público ao mérito de servidores que tenham, por mais de dez anos, prestado relevantes serviços e contribuído para a melhoria e o aprimoramento funcional do Tribunal de Contas.

Assim, os homenageados têm em comum a dedicação à causa da Administração Pública. Administração Pública vista hoje, e já há algum tempo, com alto grau de desconfiança e rejeição por parte da sociedade brasileira. Motivos para isso, infelizmente, não têm faltado. E como os esquemas de corrupção alastraram-se por importantes áreas da gestão pública, o sentimento predominante é de que mensalões e fraudes da mais variada gama são predominantes.

Sabemos que, felizmente, não é a regra geral e que boa parcela dos responsáveis pela coisa pública atuam com correção e respeito à lei. E que há ainda aqueles que vão além do procedimento digno e dedicado, a ponto de se tornarem referências morais, a exemplo de um Carlos Dayrell, de um Nelson Siqueira, de um Waldir do Espírito Santo Castro Quinta, de um Joaquim Graciano, de um Luiz Murilo, para ficarmos apenas com a prata da casa.

Vale então nos reportarmos a tais modelos de caráter, como também à necessidade, cada vez maior, mais premente e atual, de se buscar maior eficiência dos controles exercidos sobre a Administração Pública. Em meio à grave crise política estas cobranças aumentam em quantidade e intensidade.

Principal entrevistado da Revista Época, edição do último dia 22, o empresário Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos, relata que a corte petista no governo parou de dizer a verdade ao presidente para se manter no poder. Após manifestar sua decepção pessoal com a rápida deterioração moral dos que se aboletaram no poder, em nome de reformas e de postura ética, o empresário questiona "o que estavam fazendo o Tribunal de Contas, a Abin, a Receita Federal, a CGU, o TSE, o Ministério Público e todas essas instituições que são pagas com recursos públicos para prevenir ou evitar o que está acontecendo hoje. Se não fosse um flagrante particular e uma entrevista à imprensa, nós não saberíamos da corrupção até hoje. Como é possível nada ter sido detectado por tanto tempo?"

São indagações incômodas para nós, do controle externo, porque, na verdade, com a sistemática de fiscalização que aí está, a resposta é pífia, não convincente e que, de forma alguma atende aos anseios da sociedade. Andamos a reboque dos fatos, nossa atuação está sempre atrasada e na maioria dos casos se revela inócua, pois o mal já está feito, o dinheiro público escorreu pelo largo ralo da corrupção e não há como trazê-lo de volta.

Enquanto isso pessoas, inclusive crianças, morrem à míngua, sem encontrar vaga ou tratamento na rede pública de saúde. Sem conservação, nossas rodovias se deterioram, encarecem o frete, dificultam o escoamento da produção e ceifam vidas humanas preciosas. E a segurança, sem verbas e investimento, fica de mãos atadas enquanto avançam, aceleradamente, a violência e a criminalidade.

É a faceta perversa do controle a posteriori, tão ineficaz quanto chorar o leite derramado.

Em razão disso, sempre que tenho a oportunidade e hoje falando a tão distinta platéia defendo o controle prévio como o melhor e mais eficiente sistema de fiscalização. É o que mais se aproxima do modelo ideal, garantindo à sociedade transparência das contas públicas, ao controle externo atuação preventiva e pedagógica e lá na outra ponta, diferentemente do que muitos pensam, em segurança e tranquilidade para o governante, aquele que, de cima, ordena a despesa mas nem sempre acompanha a sua aplicação. O governante, por exemplo, não teria sobressaltos, surpresas desagradáveis, cenas de constrangimento em público, cobranças depois que deixou o posto e muito menos que responder a processos administrativos, cíveis e até penais por responsabilidade direta ou solidária a auxiliares que tenham resvalado para os caminhos da corrupção.

Já ensinavam os sábios que, em tempos de escuridão, em lugar de lamentar é bom que se acendam luzes. Numa época de descrença nas instituições, temos que nos apegar na esperança, no homem de bem e na grande maioria dos brasileiros, os que trabalham, produzem e vivem os postulados de correção.

E é então com esta esperança que retomamos o clima festivo a nos embalar neste dia, com tantas pessoas que nos são caras e nas quais podemos nos espelhar, em busca da virtude.

Estão aqui os nossos homenageados, aos quais dispensamos afeto e a mais alta consideração dos senhores Conselheiros, do senhor Procurador-Geral e dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Sobre as qualidades de cada um eu poderia discorrer longamente, já que bagagem para tanto não lhes falta. Por dever de brevidade, no entanto, adotarei a síntese nas referências, deixando claro que não lhes faço justiça diante a tantos merecimentos.

E começo pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Marconi Ferreira Perillo Júnior, a quem se confere a Medalha do Mérito Rui Barbosa. Em período de férias, não participei da sessão em que foi aprovada a indicação do Chefe do Executivo para recebimento da aludida comenda, por iniciativa do nosso Colegiado. Tenho comigo que, além das qualidades e atributos pessoais do homenageado, a distinção teve como êmulo também o reconhecimento ao apoio do Governador ao Plano de Cargos e Salários, antiga aspiração deste Tribunal. E mais, que sua concessão foi balizada no plano institucional, que determina a relação independente e harmônica entre os Poderes.

Tenho ainda a satisfação de saudar, pelo recebimento da Medalha Rui Barbosa, o Excelentíssimo Senhor Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Diplomata, ocupou posições de destaque na



Chancelaria, quando prestou relevantes e reconhecidos serviços à Nação e ao povo brasileiro. Estudioso e profundo conhecedor da temática brasileira e das relações internacionais, conferencista de renome, recentemente brindou esta Casa com uma de suas palestras. É, a exemplo das demais homenagens, um gesto de merecido reconhecimento a seus atributos.

Outro a receber a Medalha Rui Barbosa é o Excelentíssimo Senhor Doutor Carlos Dayrell, Conselheiro aposentado deste Tribunal, onde trabalhou durante 31 anos. Foi Presidente em quatro mandatos, com gestões marcadas por importantes realizações em favor desta Casa e de seus servidores. De seu rico currículo constam ainda notáveis contribuições prestadas ao Estado de Goiás nas áreas dos três Poderes e na Educação superior, quando foi Professor Titular e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás.

Também com nome inscrito em letras de ouro, na história deste Tribunal, o Conselheiro aposentado Waldyr Castro Quinta ostenta larga folha de bons serviços prestados ao nosso Estado, sempre em cargos de relevo no Legislativo e Executivo, ocupando cargos eletivos e de nomeação. Presidiu o Tribunal de Contas oito vezes. Homem de letras, dedicou parte de sua vida à literatura e ao magistério superior, titular de Direito Constitucional na Universidade Federal de Goiás. Referência moral e intelectual de que tanto se orgulham seus amigos e familiares, quanto nós, seus admiradores.

Igualmente alçado ao panteão dos detentores da Comenda Rui Barbosa, o Conselheiro aposentado Nelson Siqueira é, da mesma forma, merecedor desta e de outras homenagens ao longo de sua honrada vida pública. Em cargos de nomeação, no Executivo, ou em mandatos parlamentares, teve sempre atuação de destaque. Presidiu esta Corte por nove vezes, implementando, em todas as ocasiões, melhorias para o Tribunal e seus servidores, com vistas a melhor prestação de serviços à comunidade. Depois de aposentado pelo TCE, ainda emprestaria sua colaboração ao Governo do Estado, em cargos de primeiro escalão. A ele, nossa reverência.

Com a mesma alegria, em nome do Tribunal de Contas, saúdo os agraciados com a Medalha do Mérito Funcional Conselheiro Henrique Santillo.

Ex-servidor desta Casa, técnico de reconhecidas qualidades e hoje Secretário de Estado de Planejamento, o doutor José Carlos Siqueira destacou-se nos mais diferentes cargos públicos que ocupou, dignificando-os com sua competência e dedicação. Está entre nós como amigo desta Casa e de seus integrantes.

Advogado, presidente-fundador da Faculdade Anhanguera, professor universitário por 15 anos, o doutor Joaquim Graciano de Barros Abreu é mais antigo Auditor do Tribunal de Contas. Integrou o Conselho Regional de Desportos e foi Procurador-Geral do Município de Goiânia. Nesta Casa, ocupou inúmeras vezes o cargo de Conselheiro. Aposentado desde o ano passado, continua a emprestar sua valiosa colaboração a este Tribunal e a seus servidores, dispensando sempre com uma palavra amiga, um conselho, a orientação abalada aos que o procuram.

Funcionário do Tribunal de Contas desde 1963 e Auditor desde 1970, aprovado em concurso, o doutor Luiz Murilo Pedreira e Souza é outra prata da casa que desfruta o respeito e a simpatia de todos nós. Advogado, professor universitário, Diretor da Auditoria, também empresta sua colaboração a esta Corte na substituição legal e temporária dos Conselheiros. Presidente e integrante de várias comissões e grupos de trabalho, é um dos alicerces morais de nossa instituição, primando-se ainda pelo cavalheirismo e simplicidade que dispensa a todos que dele se acercam.

Hugo de Sousa Silveira é mais um exemplo de carreira funcional brilhante, marcada por dedicação e competência, qualidades que levaram-no de simples extranumerário mensalista, em 1951, ao posto de Secretário Geral de nossa Corte. Antes disso, exerceu ainda os cargos de Bibliotecário e de Secretário Assistente. Aposentou-se em 29 de outubro de 1991

Na mesma esteira de qualidades pessoais andou Goiandi Lopes de Brito, que ingressou no Tribunal de Contas em 1953, como extranumerário mensalista. Bacharel em Direito, exerceu os cargos de Delegado do Tribunal, Diretor da Divisão de Material, Verificador Financeiro e Auditor Substituto, até aposentar-se em 1991.

Destaque também para Antônio Alfredo Camilher Machado. Formado em Ciências Contábeis, dedicou com eficiência e constância, parte de sua vida ao serviço público, no Tribunal de Contas do Estado, onde foi Delegado de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Diretor da Divisão Processual, Delegado Corregedor, Inspetor Fiscal Corregedor, Inspetor Supervisor da Despesa Pública e Inspetor Fiscal da Despesa Pública. Está aposentado há oito anos.

Recebam pois, os senhores, as homenagens e agradecimentos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás que, há 53 anos, empenha-se em sua missão de fiscalizar a aplicação dos bens públicos.

Muito obrigado!



O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Carlos Leopoldo Dayrell, foi um dos três professores aposentados na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás que receberam, no dia 11 de agosto, o título de Professor Emérito pelos "relevantes serviços prestados à Educação". A solenidade foi presidida pela reitora Milca Severino Pereira, diante de autoridades acadêmicas, civis e militares e convidados. Os outros dois professores homenageados foram o reitor da Universidade Anhanguera, Joveny Cândido de Oliveira e Licínio Leal Barbosa.

Segundo o diretor da Faculdade de Direito, Benedito Ferreira Marques, as homenagens resgatam a importância de profissionais que foram artífices da construção da história da UFG. Dos três, ele destacou como traço comum o fato de terem se aposentado somente depois de 35 ou 36 anos de atividade, bem depois, portanto, do direito de o fazer com vencimentos integrais aos 30 anos de magistério, demonstrando alto grau de desprendimento e amor à função.



Professor emérito
Carlos Leopoldo Dayrell



As esposas dos professores também foram homenageadas. Na foto, o momento em que Alba Lucinia Dayrell era reverenciada pela reitora Milca

OS HOMENAGEADOS

Carlos Leopoldo Dayrell foi o primeiro diretor da Faculdade de Direito eleito pelo voto direto, professor da Faculdade de Engenharia, ambas da UFG, e da Faculdade de Direito da UCG. Dividiu a carreira no magistério como auditor, depois conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, onde hoje ocupa a presidência em segundo mandato consecutivo. Dayrell afirmou à Assembléia Universitária que essa é a maior honraria que um docente aposentado pode alcançar na Academia, uma recompensa pelos mais de 35 anos dedicados ao magistério naquela instituição de ensino. Ele aproveitou para agradecer o incentivo que recebeu do pai, Carlos Dayrell, de quem procurou trilhar o caminho profissional. "O título de Professor Emérito resgata essa intenção, uma vez que consegui, como ele, ocupar as funções de professor e diretor da Faculdade de Direito da UFG, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado e, agora, essa condecoração que muito me honra".

Ao final da solenidade, a reitora Milca Severino propôs uma homenagem ao também professor emérito Carlos Dayrell, presente na solenidade.



O auditório estava lotado de familiares e convidados dos homenageados

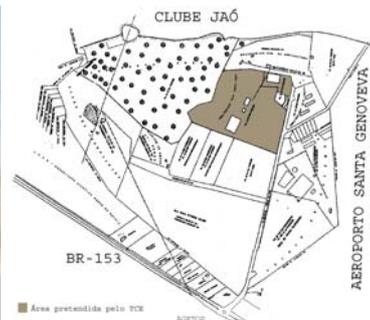
Tribunal estuda local para nova sede



A área, além de ficar próxima a uma imensa reserva ambiental, conta com belas espécimes vegetais



Ao fundo, tem-se uma bela visão do centro da capital goiana



Localização privilegiada e fácil acesso

O conselheiro Edson Ferrari iniciou entendimentos com a Superintendência do Patrimônio Estadual para obter, mediante Termo de Permissão de Uso, parte de uma área da Fazenda Retiro, pertencente ao Estado de Goiás, para futura construção de uma nova sede. O imóvel fica na Rua da Divisa, próximo ao Aeroporto Santa Genoveva e à BR-153, numa área total de mais de 295 mil metros quadrados, sendo 202 mil de reserva ambiental e 93 mil liberada para edificação. Em outra parte da Fazenda Retiro já está em funcionamento a Sociedade Hípica de Goiás e em fase de implantação o Centro de Treinamento do Vila Nova Futebol Clube e a Federação Goiana de Tênis.

Conforme explicou Ferrari em sessão plenária do TCE, a negociação está em fase adiantada e estão sendo feitos os levantamentos topográficos para confirmar os limites e confrontações do local onde se pretende edificar a sede. Na mesma sessão, o presidente Carlos Leopoldo Dayrell informou que outra área, esta próxima ao Paço Municipal de Goiânia, está sendo pleiteada pelo TCE, com a intervenção da vereadora Jacyra Alves.

Notebooks

OTCE recebeu mais uma remessa de equipamentos do convênio firmado com o Banco do Brasil. Desta vez foram entregues os notebooks que serão usados pelas equipes de fiscalização de campo do Tribunal.

